

## 2.

### **Região e história regional. Notas sobre seu lugar na construção do conhecimento histórico**

Nação e nacionalismo são temáticas em pauta há, pelo menos, dois séculos nas ciências sociais do mundo ocidental. No século XIX, esse debate esteve centrado no campo político-institucional, em que se associou o Estado à nação, concepção essa que se arraigou no senso comum. Os atuais processos de globalização e mundialização política e econômica vivenciados imprimem novos contornos à questão. Benedict Anderson apresenta-nos a ampliação do conceito, incorporando questões étnicas, religiosas e de gênero e suscitando lutas pelo reconhecimento de suas particularidades e por direitos legais de minorias<sup>29</sup>.

Surgido em finais do século XVIII, o conceito de nação vem sendo analisado por diversos prismas – cultural, étnico, linguístico, econômico – desde então. Para Eric Hobsbawn, é possível explicá-lo como um fenômeno eminentemente político<sup>30</sup>. Foi durante o século XIX que se consolidou a idéia de nação associada à de um Estado com limites territoriais definidos e governo centralizado, configurando o Estado-nação. A diversidade étnica, linguística e cultural presente em um mesmo território não seria empecilho para a sua formação, a exemplo dos casos dos Impérios Otomano e Austro-Húngaro. Pelas ações das agências estatais – os serviços postais, policiais, escolares etc. – seriam realizadas iniciativas visando a centralização política e a uniformização dos países. A constituição de nações era tida como um sinal de progresso. Neste quadro, como ficariam as particularidades regionais? Essa não era uma questão que impossibilitava os processos de unificação e centralização desenvolvidos pelos Estados europeus nesse momento. Durante o século XIX, por exemplo, foram desenvolvidas políticas de unificação linguística que, no entanto, não

---

<sup>29</sup> Benedict Anderson discute as atuais apreensões do conceito de nação que vem ganhando uma amplitude que dá suporte às reivindicações nacionalistas de grupos homossexuais e islâmicos, por exemplo. Benedict Anderson. Introdução. In: Gopal Balakrishnan (Org). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 7-22.

<sup>30</sup> Eric Hobsbawn. **Nações e nacionalismos desde 1780**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. Ver também Guy Hermet. **História das nações e do nacionalismo na Europa**. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

inviabilizavam a manutenção de dialetos locais. Sobre essas políticas, o historiador inglês nos diz que:

Não implicava em hostilidade às línguas e às culturas de tais vítimas coletivas das leis do progresso (como então certamente seriam chamadas). Pelo contrário, onde a supremacia da nacionalidade estatal e da língua estatal não estava em questão, a nação maior poderia acolher e patrocinar os dialetos e línguas menores e as tradições históricas e folclóricas das comunidades menores que continha ao menos para provar o espectro de cores de sua palheta macro-nacional. Além disso, as nacionalidades pequenas ou mesmo Estados-nações que aceitaram, como algo de positivo sua integração na nação maior – ou, se preferir, aceitaram as leis do progresso – também não reconheciam diferenças irreconciliáveis entre a microcultura e a macrocultura, chegando mesmo a se reconciliar com a perda daquilo que não poderia ser adaptado à Idade Moderna.<sup>31</sup>

Pela citação acima é possível perceber que o regionalismo não era inconciliável com o nacionalismo. Sob a ótica dos dirigentes políticos, os particularismos tenderiam a desaparecer ou a se metamorfosear em sobrevivências de um período precedente, algo como que exótico, folclórico, que tenderiam ao desaparecimento integrado aos caracteres maiores, da nação. A pequena pátria poderia conviver com a grande pátria desde que não a colocasse em xeque.

Foi nesse contexto de afirmação das nacionalidades que se constituiu um modelo de escrita da história que teve de dialogar com a questão das particularidades regionais. Pretende-se demonstrar que a questão da região e da história regional está presente na historiografia brasileira desde o século XIX, o que a torna um tema a ser refletido na compreensão do campo no país.

## 2.1

### **Região: conceito histórico e geográfico**

Mais do que um conceito, região tornou-se uma noção instrumental para o trabalho em diversas áreas do conhecimento no final do século XIX e durante o

---

<sup>31</sup> Eric Hobsbawn, *loc.cit.*, p. 46-47.

século XX<sup>32</sup>. O termo, derivado da palavra latina *regere*, tem em seu radical – *reg* – incluída a idéia de relações de poder gerando uma série de palavras que a expressam: rei, regente, regência, regra etc. Durante o Império Romano, *regione* era a denominação que designava uma área que possuía uma administração local, mas estava subordinada às ordens centrais de Roma<sup>33</sup>. Em sua origem, o conceito de região traz em si a conexão entre o particular e o geral, entre o específico e o universal, entre diversidade e unidade.

A questão política era relevante no cenário intelectual europeu do século XIX e integrou-se ao leque de interesses daqueles que imprimiram as diretrizes de cientificidade das novas disciplinas universitárias que surgiam no momento: a história e a geografia. Não causa nenhuma estranheza observar que foi na Alemanha, ou melhor, nos territórios que atualmente compõem o estado alemão, que tiveram início as discussões sobre a institucionalização dos dois campos. O processo de unificação política alemã só se completou na década de 1870, após inúmeras discussões e negociações entre os estados autônomos da região, e as questões políticas estavam na ordem do dia dos debates dos letrados de então<sup>34</sup>.

A história tem em Leopold von Ranke o ícone do processo de cientificização, haja visto ele ter sido nomeado para a primeira cátedra de história em uma universidade prussiana após escrever a *História dos povos latinos e germânicos de 1495 a 1514*, em 1824. Passa-se a configurar um campo disciplinar tendo por objeto de estudo definido o estabelecimento de um método de trabalho para o historiador<sup>35</sup>.

A primeira etapa desse método compreendia a seleção e organização de fontes documentais, transformadas em elemento básico para o ofício do

<sup>32</sup> INSTITUTO Antônio Houaiss. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 2416. Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo. **Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usavam**. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865. p. 186. D. Jose Maria D'Almeida e Araújo Correa de Lacerda. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: No escriptorio de Francisco Arthur da Silva, 1859. p. 265. Antonio de Moraes e Silva. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. S-l: Editorial Confluência, 1956. Vol. IX. Cândido de Figueiredo. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Liv. Ed. Tavares Cardoso & Irmãos, 1899. Vol. II. p. 433. (e também as edições de 1913 e de 1947), Francisco Fernandes. **Dicionário da língua portuguesa**. Porto Alegre: Ed. global, 1958. Vol. II. p. 1668. Agenor Costa **Dicionário de sinônimos e locuções da língua portuguesa**. 2ª ed. s/l: s/ed; [década de 1930]. p. 1965.

<sup>33</sup> Paulo César da Costa Gomes. O conceito de região e sua discussão. In: Iná Elias de Castro; Roberto Lobato Corrêa; Paulo César da Costa Gomes (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006. p. 50-53.

<sup>34</sup> Eric Hobsbawm. **A era dos impérios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>35</sup> Sergio Buarque de Holanda. (Org.). **L. Von Ranke**. São Paulo: Ática, 1979. Peter Gay. **O Estilo da História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Hayden White. **Meta-história**. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 1995.

historiador. Ranke privilegiava as fontes governamentais, daí sua concepção de história estar intimamente ligada às questões políticas.

Esse conjunto documental permitiria que ele escrevesse a história “como realmente aconteceu”. Essa construção histórica não seria apenas o exercício de transladar das fontes as informações para o texto historiográfico. Para Ranke, eram necessárias operações de análise e crítica documental acompanhadas de operações de intelectuais – raciocínio lógico, dedução, até mesmo a “intuição” para preencher as lacunas deixadas pelas fontes – que levaria o historiador a construir a História<sup>36</sup>.

Sua concepção de história objetivava a compreensão da humanidade. Ranke não via problemas nos estudos das histórias particulares, nacionais, desde que estas levassem à compreensão da unidade. Escrevendo sobre o conjunto de transformações por que passava a Europa entre os séculos XVI e XVIII, o historiador prussiano colocava a questão nos seguintes termos:

Em história é de valor incalculável, sem dúvida, a visão de determinado momento, em sua realidade, em sua evolução específica: o específico encerra em si o geral. Todavia, permanece sempre a exigência de encerrar o todo, de um ponto de vista isento; aliás, é também o que de algum modo buscamos; da diversidade de percepções isoladas irá surgir natural e espontaneamente uma noção de unidade.<sup>37</sup>

A questão da relação entre o universal e o particular também instigava aqueles que se dedicavam ao estudo dos aspectos geográficos. Ainda na primeira metade do século, dois naturalistas prussianos foram os primeiros a estabelecer as delimitações da geografia: Alexander von Humboldt e Karl Ritter. O primeiro, botânico e geólogo de formação, deixou em suas obras, especialmente em *Quadros da natureza e Kosmos. Ensaio por uma descrição física do mundo* – obra em cinco volumes publicada entre 1845-1862 –, sua concepção da geografia como uma ciência síntese para o conhecimento do universal do planeta, definindo o

---

<sup>36</sup> Essas idéias difundiram-se pela Europa, em especial na França onde tiveram grande influência até a década de 1940, com a escola metódica. Cf: Guy Bourd é Hervé Martin. **As escolas históricas**. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d. Charles-Oliver Carbonell. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, 1987. Philippe Tétart. **Pequena história dos historiadores**. Bauru: Edusc, 2000. Charles V. Langlois & Charles Seignobos. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Editora Renascença S. A., 1946. François Hartog. **O século XIX e a história**. O caso de Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

<sup>37</sup> Leopold von Ranke. As grandes potências. In: Sergio Buarque de Holanda. (Org.), *loc. cit.*, p. 146.

objeto geográfico como “a contemplação da universalidade das coisas, de tudo o que coexiste no espaço concernente a substâncias e forças, da simultaneidade dos seres materiais que coexistem na Terra”. Caberia à geografia “reconhecer a unidade na imensa variedade dos fenômenos, descobrir pelo livre exercício do pensamento e combinando as observações, a constância dos fenômenos em meio às suas variações aparentes”<sup>38</sup>. A geografia deveria compreender as conexões, a causalidade existente na natureza, o que seria possível através da observação, que era a base de seu método, o “*empirismo raciocinado*”. O geógrafo deveria contemplar a natureza onde construiria uma impressão dos fenômenos que, combinando com a observação sistemática de seus elementos componentes, e filtrada pelo raciocínio lógico, levaria à explicação, à causalidade das conexões contidas na paisagem observada.

Karl Ritter apresenta uma outra concepção da geografia. De sólida formação humanista – estudou ciências naturais, história e teologia – e religiosa, lecionou história na Universidade de Berlim (1820-1859). Sua obra tem um caráter mais normativo. Na *Introdução à geografia geral comparada* (1850) defendeu a observação empírica como método geográfico. Diferentemente de Humboldt, que não destaca o papel do homem nos fenômenos naturais e preocupa-se com a unidade do globo, Ritter possui uma visão antropocêntrica e regional. Definindo o conceito de “sistema natural”, coloca a questão das particularidades na discussão geográfica. Para Karl Ritter, cada área territorial seria dotada de uma identidade própria e caberia à geografia o estudo comparativo dessas especificidades para a compreensão de uma unidade onde o homem tem papel de destaque.<sup>39</sup>

Essas duas concepções, apesar de divergentes em alguns aspectos, possuem pontos de convergência. Enquanto Humboldt é universalista e não destaca o papel do homem no meio físico, Ritter é particularista (buscando a especificidade) e prioriza o homem e as relações homem-natureza em seus estudos. Ambos, no entanto, valorizam o princípio da existência de uma unidade terrestre cognoscível através da observação empírica; o binômio observação-descrição tornou-se a base de seus métodos de análise.

---

<sup>38</sup> Citações presentes em Antonio Carlos Robert de Moraes. **Geografia**. Pequena história crítica. 20ª ed. São Paulo: Annablume, 2005. p. 62

<sup>39</sup> *Ibid*, p. 59-65.

No final do século XIX, Friedrich Ratzel introduziu novas diretrizes nos estudos geográficos. Admirador e estudioso de Charles Darwin, definiu o objeto geográfico como o estudo da influência das condições naturais sobre a humanidade. Sua obra, *Antropogeografia, Fundamentos da aplicação da geografia à história* (1882), é considerada o marco inaugural da geografia humana<sup>40</sup>. Para Ratzel, as influências do meio atuam na fisiologia (somatismo) e na psicologia (caráter) dos indivíduos, e por meio destes, na sociedade. Em segundo lugar, os recursos naturais influenciariam a constituição social, pela riqueza que poderiam proporcionar. A natureza também atuaria na possibilidade de expansão de um povo, acelerando-a ou criando-lhe obstáculos, e na promoção de contato entre os povos, gerando o isolamento ou a mestiçagem. Essas influências seriam imediatizadas através das condições econômicas e sociais. Para Ratzel, a sociedade é um organismo que mantém relações duráveis com o solo, por nele se estabelecerem e por ser ele aquele que fornece os meios necessários à sua sobrevivência. Quando a sociedade organiza-se para defendê-lo, surge o Estado. O progresso dos Estados era visualizado pela sua capacidade em manter e ampliar o seu território. Sua perda seria a manifestação de sua decadência. Ratzel criou assim a noção de “espaço vital”, que seria a proporção entre a população de uma sociedade e os recursos existentes para sua manutenção. Caso essa relação fosse de desequilíbrio, era necessário ocupar novos territórios. Essa concepção de espaço vital justificará a política imperialista alemã de finais do século XIX e princípios do século XX. Por outro lado, seus seguidores desenvolveram a concepção do determinismo geográfico defendendo que o meio determina as características físicas e sociais dos grupos humanos. Metodologicamente, Ratzel defendia a observação e descrição das relações homem-natureza, porém propunha ir além, buscando a síntese das influências em escala planetária ou, em suas palavras “*ver o lugar como objeto em si e como elemento de uma cadeia*”.

Nesse mesmo momento, o eixo da discussão geográfica começa a deslocar-se da Alemanha para a França. Contrapondo-se à corrente alemã, Paul Vidal de La Blache tornou-se o expoente de uma nova concepção da geografia<sup>41</sup>. O geógrafo francês constituiu uma rede de influência sobre as publicações especializadas, as cátedras universitárias e os institutos de pesquisa,

---

<sup>40</sup> Antonio Carlos Robert de Moraes (Org). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

<sup>41</sup> Antonio Carlos Robert de Moraes. **Geografia...**, p. 75-84.

hegemonizando o pensamento geográfico francês até a primeira metade do século XX. Uma de suas obras fundamentais, o *Tableau de la géographie de la France*, de 1903, instituiu a região como conceito-chave para a ciência geográfica e iniciou a exposição de suas proposta para a área<sup>42</sup>. No entanto, foi com *Princípios de geografia humana*, de 1921, que suas idéias assumem um cunho sistematizador.

Em primeiro lugar, ele criticou a politização do discurso científico presente na obra de Ratzel, defendendo a neutralidade da ciência frente às ações do Estado. Criticou também o naturalismo de Ratzel, em que o homem aparecia como um ser passivo às influências do meio. O geógrafo francês defendia o homem como um ser dotado de inteligência e liberdade que agia sobre o meio físico. Criticando as posições deterministas, La Blache propôs uma postura relativista. Definindo a relação homem-natureza como o objeto da geografia, o geógrafo francês defendeu que o meio influenciava o homem, mas este criava soluções para os limites por ele impostos. A natureza passava a ser vista como um campo de possibilidades para a ação humana, daí Lucien Febvre ter denominado essa corrente de possibilismo<sup>43</sup>. Ao ocupar a superfície terrestre, o homem encontrou paisagens diferentes que lhe impuseram respostas diversas para sua organização. O conjunto de técnicas e costumes construído e passado socialmente em cada região La Blache denominou de “gêneros de vida”. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida. No entanto, eles não eram estáticos, pois uma série de fatores levaria a suas transformações: o fim dos recursos naturais, os contatos entre gêneros diferentes etc.

Paul Vidal de La Blache teve na geologia a influência para a definição da sua concepção de região geográfica. A região natural, como definida pelos geólogos, seria configurada pela combinação de aspectos físicos que particularizariam uma determinada área. La Blache desenvolveu essa noção inserindo o homem como um dos elementos fundamentais para a configuração das regiões<sup>44</sup>. O meio físico criaria as condições para o desenvolvimento da vida humana, mas não a condicionaria. O homem agiria sobre esse meio, transformando-o. As regiões teriam então uma existência real, não seria um

---

<sup>42</sup> Paulo César da Costa Gomes, *op. cit.*, p. 54

<sup>43</sup> Lucien Febvre. **La tierra e la evolución humana**. Barcelona: Cervantes, 1925.

<sup>44</sup> Paul Vidal de La Blache. As características próprias da geografia. (1913). In: Antonio Christofoletti (Org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p. 37-49.

conceito abstrato fruto das lucubrações de estudiosos. As especificidades regionais ocorreriam, pois o homem responderia de formas variadas às diferentes condições naturais. Nesse sentido, La Blache valorizava a história, pois o acúmulo de experiências em uma região criaria condições para novas transformações do gênero de vida do grupo que nela viveria. Surgia assim a Geografia Regional.

Tendo uma existência real, caberia ao geógrafo identificar, delimitar e descrever as regiões. Estabeleceu-se um modelo para esses estudos: as monografias regionais. Para explicar o particularismo de cada região, o geógrafo deveria reunir uma série de fatores:

Nesse plano se deve começar pela descrição das características físicas seguida da descrição da estrutura da população e de suas atividades econômicas. O objetivo final é encontrar para cada região uma personalidade, uma forma de ser diferente e particular. De fato, neste caso, não se pode identificar *a priori* os traços distintivos responsáveis pela unidade regional, pode ser o clima, a morfologia, ou qualquer outro elemento, a partir do qual uma comunidade territorial cria uma forma diversa de se adaptar, um gênero de vida. A geografia regional francesa nos ensina, por exemplo, que na identificação da Borgonha o fundamental é o quadro histórico, nos Pirineus mediterrânicos, o clima; na Picardia, o relevo; e assim por diante. O fundamental é que estamos diante de um produto único, sintético, formado pela inter-relação destes fatores combinados de forma variada.<sup>45</sup>

As idéias de La Blache são difundidas na Europa e nos Estados Unidos e sofrem críticas e desdobramentos. Desenvolvendo idéias do alemão Hettner – que introduziu a vertente lablachiana em seu país –, o geógrafo norte-americano Hartshorne defendeu, em 1939, o conceito de área em substituição à região. Segundo Hartshorne, a interpretação corrente de região considerá-la-ia como um elemento dado, cabendo ao geógrafo apenas a tarefa de identificá-la e descrevê-la. O geógrafo norte-americano, no entanto, considerava que há um número variável de elementos físicos, sociais e culturais que configuram a região. Essa variedade de elementos não poderiam ser “naturais”, ou seja, a região não seria “natural”, um dado real. Por isso, optou por abandonar o conceito de região e elegeu o de área como um instrumental de análise. A área seria uma categoria construída pelo estudioso ao agrupar uma série de elementos para configurá-la<sup>46</sup>. A partir daí, os estudos regionais ganharam novos direcionamentos, não sendo exigido o exame exaustivo de todas as variáveis locais.

<sup>45</sup> Paulo César da Costa Gomes. *op. cit.*, p. 56.

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 57-59. Antonio Carlos Robert de Moraes, **Geografia.....**, p. 95-102.

Até a década de 1950, a geografia regional era hegemônica. Desde então passou a sofrer inúmeras críticas ligadas a fatores internos do pensamento geográfico e com a influência do marxismo. Havia aqueles que criticavam a excessiva fixação nos particularismos. Muitos estudos regionais perdiam-se nas especificidades locais, sem fazer conexões com outras realidades, sem promover análises comparativas. Segundo os críticos essas operações – análises comparativas e as inter-relações – permitiriam criar leis gerais, o que garantiria o estatuto científico para a geografia. Aqueles que eram influenciados pelo marxismo acusavam-na de conservadora, sem preocupação social. Aos poucos, a geografia regional foi sendo suplantada com o surgimento de novas especializações: a geografia urbana, a geografia econômica, a geografia demográfica. Desde meados da década de 1990, no entanto, houve a retomada do campo em novas bases<sup>47</sup>.

A geografia regional foi, porém, incorporada pelos historiadores franceses. O *Tableau de la géographie de la France*, de Vidal de La Blache, foi publicado como primeiro tomo da *Histoire de France*, de Ernest Lavisse. Mas foi com os *Annales*, em especial com Fernand Braudel, que o diálogo com a geografia se fez mais presente, tanto com a corrente lablachiana como com a antropogeografia de Ratzel<sup>48</sup>.

Jose Mattoso define como deveria ser feita a história regional/local. Em primeiro lugar, “*toda a monografia regional ou local tem de começar por caracterizar o espaço escolhido*”<sup>49</sup>. Uma caracterização que ia além da descrição. Dever-se-ia realizar a análise dos elementos físicos “*que lhe condicionam a história*”. Seguindo as premissas lablachianas, o meio físico criaria condições materiais para o desenvolvimento de variados gêneros de vida, os quais seriam criados pelo homem. Depois da descrição do território em questão dever-se-ia analisar a interação com outras regiões circundantes. Um segundo passo importante era caracterizar a população que nele vive ou viveu ao longo do tempo.

---

<sup>47</sup> Leonard Guelke. Geografia regional. (1977). In: Antonio Christofolletti (Org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p. 211-223. Paulo César da Costa Gomes, *op. cit.* Sandra Lencioni. Região e geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In: Ana Fani Alessandri Carlos (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 187-204. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha. Sobre o conceito de região. In: **Revista de história regional**. 5(2): 39-56. Inverno 2000.

<sup>48</sup> Peter Burke. **A Escola dos Annales**. 1929-1989. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. p.45-56.

<sup>49</sup> José Mattoso. **A escrita da História**. Teoria e métodos. Lisboa: Editorial Estampa, 1988. p. 169-180.

A partir daí o historiador regional promoveria a análise das relações de poder político, econômico e social no local e que lhe configuram a sua espacialidade e as manifestações culturais. As duas últimas indicações que Mattoso fez àqueles que se propunham realizar estudos regionais dizem respeito ao tempo histórico e às fontes documentais. Em relação à primeira, o historiador deve trabalhar sincrônica e diacrônicamente. Deve firmar uma cronologia que permita uma “reconstrução global” da história local, assim como deve pensar o tempo das estruturas sociais, que não é meramente político. Quanto aos documentos, o historiador português indica como fontes de análise a própria paisagem, os vestígios materiais do passado, os documentos escritos, a língua local etc.

Pierre Goubert justificava a expansão dos estudos de história regional por três elementos<sup>50</sup>. Primeiramente, por considerar que a região é uma unidade de análise apropriada aos estudos daqueles que se dedicavam a análise das comunidades anteriores ao século XVIII, pois suas experiências eram mais locais do que nacionais ou em outras esferas. O segundo diz respeito às fontes. Esse recorte permitiria a um só historiador trabalhar com a totalidade da documentação disponível pelo recorte ser mais circunscrito. E, por fim, era possível estudar a evolução de uma comunidade em vários níveis – social, demográfico, econômico etc. – na longa duração, o que seria muito difícil para escalas maiores.

A história regional impôs-se assim, em íntimo diálogo com a geografia, como um meio de construção do conhecimento histórico válido, pois permitiria uma análise totalizante da vida de uma comunidade e, através da comparação, complexificaria as análises centradas em macro-escalas de análise.

É possível que as críticas a essa perspectiva também tenham se dado a partir da década de 1950 e 1960 nos mesmos termos que aquelas feitas à geografia regional: excessos de particularismo, dissociação de um questionamento social etc. Junte-se a isso, em nosso país, o processo de institucionalização da história que, em busca da cientificidade, tachou o que se fazia como história regional de orientações “ultrapassadas”.

---

<sup>50</sup> Pierre Goubert. Local History. In: Daedalus, vol. 100, n.º. 1, inverno de 1971, p. 113-127. *Apud*.  
Ciro Flamarion Cardoso. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 75 .

## 2.2

### Região e história no Brasil

A relação entre o regionalismo e o nacionalismo faz parte dos debates daqueles que se propuseram a pensar a identidade do país desde o século XIX. Interessa-nos, em particular, o debate estabelecido na primeira metade do século XX, quando os modernistas destacaram a necessidade de se conhecer as especificidades regionais, o que levou ao incentivo dos estudos de vários matizes sobre a questão.

É importante destacar, no entanto, que desde o século XIX firmou-se a interpretação de que os estudos regionais deveriam levar à compreensão dos laços identitários nacionais. Desde esse período, a relação entre região e nação configurou-se como uma questão importante presente na história do pensamento social brasileiro.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, do Arquivo Público do Império e do Colégio Pedro II fazia parte dos projetos de formação de um discurso legitimador da nova nação no cenário internacional<sup>51</sup>. O IHGB materializava em uma instituição um esforço por criar uma história que colocaria o Brasil no caminho da civilização europeia.<sup>52</sup> A questão do lugar das histórias regionais na configuração de uma história nacional era colocada no Instituto em propostas dos sócios<sup>53</sup> e em seu periódico.

<sup>51</sup> Sobre o Arquivo Público do Império cf. Célia Costa. O Arquivo Público do Império: O legado absolutista na construção da nacionalidade. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, 2000, p. 217-231. Da mesma autora. Memória e administração. **O Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro**. Tese. (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

<sup>52</sup> Manoel Salgado Guimarães. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº. 01 1988, p. 5-27. Lucia Pascoal Guimarães. Debaixo a imediata proteção de sua magestade imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro. Nº 388. p. 459-613. jul/set. 1995. Arno Wehling. O historicismo e as origens do Instituto Histórico. In: \_\_\_\_\_. A invenção da história. **Estudos sobre o historicismo**. Rio de Janeiro: Eduff/Universidade Gama Filho, 1994. p. 151-168.

<sup>53</sup> Logo após a criação do IHGB, em 1839, por exemplo, Raimundo Cunha Mattos apresentava um quadro desfavorável para a escrita de uma “uma história filosófica do povo do Brasil”. Segundo o marechal, isso se dava por dificuldades em se promover os levantamentos documentais, pela precariedade do estado de conservação de muitos acervos e pelo desaparecimento de muitos documentos. Cunha Mattos defendia então que um caminho plausível, naquele momento, era se fazer “... em primeiro lugar a história particular ou das províncias, para com bons materiais escrevermos a história geral do império brasileiro”. Cf. Raimundo José da Cunha Mattos.

O celebrado texto *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Karl Friederich P. von Martius, faz surgir a questão segundo a qual o historiador brasileiro deveria identificar as regiões que compunham o país para a construção da história geral. Mas esta não era uma integração das histórias particulares.

As obras até o presente publicadas sobre as províncias, em separado, são de preço inestimável. Elas abundam em fatos importantes, esclarecem até com minuciosidade muitos acontecimentos; contudo, não satisfazem ainda às exigências da verdadeira historiografia, porque se ressentem de certo espírito de crônicas. Um grande número de fatos e circunstâncias insignificantes, que com monotonia se repetem, e a relação minuciosa até excesso de acontecimentos que desvaneceram sem deixarem vestígios históricos, tudo isso, recebido em uma obra histórica, há de prejudicar o interesse da narração e confundir o juízo claro do leitor sobre o essencial da relação. O que avultará repetir-se o que cada governador fez ou deixou de fazer na sua província, ou relacionar fatos de nenhuma importância histórica, que se referem à administração de cidades, municípios ou bispados etc.; ou uma escrupulosa acumulação de citações e autos que nada provam, e cuja autenticidade histórica é por vezes duvidosa?<sup>54</sup>

Sua visão da história do Brasil não partia da justaposição de histórias provinciais. Estas seriam marcadas pelo antiquariado já superado pela historiografia. O naturalista aconselhava que os estudiosos reconhecessem a diversidade – física, climática, de hábitos e costumes – no território brasileiro, mas observassem que o país era composto por regiões que constituiriam unidades:

O autor, que dirigisse com preferência as suas visitas sobre uma destas circunstâncias, corria perigo de não escrever uma história do Brasil, mas sim uma série de histórias especiais de cada uma das províncias. Um outro, porém, que não desse a necessária atenção a estas particularidades, corria risco de não acertar com este tom local que é indispensável onde se trata de despertar no leitor um vivo interesse, e dar às suas descrições aquela energia plástica, imprimir-lhe aquele fogo, que tanto admiramos nos grandes historiadores... Deviam ser tratadas conjuntamente aquelas porções do país que, por analogia da sua natureza física, pertencem umas às outras. Assim, por exemplo, converge a história das províncias de São Paulo, Minas, Goiás e Mato Grosso; a do Maranhão se liga à do Pará, e a roda dos acontecimentos de Pernambuco formam um grupo natural os de Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Enfim, a história de Sergipe, Alagoas e Porto Seguro, não será senão a da Bahia.<sup>55</sup>

---

Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil, lida na sessão de 19/01/1839. In: **Revista do IHGB**. Tomo XXVI(1863), p. 122.

<sup>54</sup> Karl Friederich von Martius. *Como se deve escrever a história do Brasil*. In: **Revista do IHGB**. Nº 24 janeiro 1845. p 399.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 399-400

Só compreendendo essas unidades, essas regiões, o historiador seria capaz de identificar os fatos relevantes para a construção da história geral. A história do Brasil deveria ser apreendida sob a perspectiva de produzir uma identidade alicerçada pelo “*movimento histórico característico e peculiar*”, na qual confluíam três raças fundadoras da nacionalidade brasileira: a indígena, a branca e a negra. Cada uma deveria ser considerada de maneira particular, haja visto que considerava diferentes os níveis de contribuição de cada grupo para esse processo.

Manoel Salgado Guimarães identificou as temáticas presentes na *Revista Trimestal* do IHGB. O levantamento dos artigos levaram-no a estabelecer três temáticas por eles abrangidas. Seus membros dedicavam-se aos estudos etnográficos, buscando definir o lugar das populações indígenas na constituição do povo brasileiro; aos relatos de viagens e de expedições científicas, em grande parte ligada à primeira temática; e, por fim, a histórias regionais. Nestas, buscavam-se registrar não as especificidades regionais, mas sim os elementos presentes que atestassem a unidade nacional.

“No tratamento da questão é privilegiada a perspectiva de considerar as regiões não nas suas especificidades – descartando com isso a polêmica do regionalismo – mas na sua intrínseca organicidade ao conjunto nacional. O fato de que é a partir do IHGB no Rio de Janeiro que a leitura dessas histórias regionais será empreendida, reunindo, assim, na capital da monarquia todos os conhecimentos relativos às províncias, é expressão evidente da existência, no interior da instituição de um projeto intelectual claramente centralista”.<sup>56</sup>

Os estudos regionais não defendiam os separatismos. Pelo contrário, buscava-se ressaltar a unidade, os elementos integradores que constituiriam a nação. Neste sentido, as histórias particulares, mesmo trabalhando com as especificidades, deveriam ser investigadas ressaltando os laços de unidade, os elos integradores que conferiam uma identidade única ao brasileiro.

### **2.2.1 - O sertão: região-base da nacionalidade brasileira**

A instauração do regime republicano no Brasil renovou os debates sobre a identidade nacional, a que se dedicavam inúmeros homens de letras e políticos

---

<sup>56</sup> Manoel Salgado Guimarães, *op. cit.*, p. 23-24.

desde a década de 1870<sup>57</sup>. Essas discussões eram sustentadas por correntes filosóficas e pensadores europeus diversos: o positivismo comtiano, o evolucionismo spencerano, o darwinismo social, os determinismos biológico e geográfico etc. Em muitos casos, as apropriações que se faziam dessas idéias promoveram aproximações de conceitos díspares e conformaram um pensamento *sui generis*, pois as teorias européias não podiam ser transplantados sem adaptações à realidade brasileira.

Conhecer o Brasil e sua população, construir a brasilidade, estava na pauta do dia. E conhecê-los levava conseqüentemente ao conhecimento do seu território; inventariar os aspectos físicos e consolidar a obra histórica de sua conquista que fora iniciada com a colonização lusitana. Geografia e história eram consideradas saberes estratégicos na constituição da identidade brasileira.

As fronteiras territoriais brasileiras foram estabelecidas pela diplomacia do barão do Rio Branco<sup>58</sup>. No entanto, não era apenas a fronteira externa que era necessária estabelecer. Conhecer a fronteira interna, o sertão, e agir sobre ela se fazia *mister*. Neste momento, o interior do país era identificado como sertão. Mais do que uma região geográfica, o Este – como então era chamado o oeste brasileiro – era um lugar social, ou seja, tudo o que não era o litoral, região desconhecida, caracterizada pela vastidão do território e pela pujança natural. O sertão fazia com que os brasileiros do litoral se sentissem estrangeiros em seu próprio país, pois não o reconheciam como integrante de sua civilização, e por isso era necessário conhecê-lo.

Essa imensa região brasileira, o sertão, e, conseqüentemente, seus moradores eram alvos das mais variadas acepções dos intelectuais. Várias foram as expedições médicas, higienistas, militares e indianistas enviadas para realizar os prognósticos deste país, nas primeiras décadas republicanas<sup>59</sup>. Os relatos de muitos que delas tomaram parte apresentavam uma região rude, doente, incivilizada. Ao mesmo tempo ensejavam idéias que, se não opostas a estas, pelo

---

<sup>57</sup> Lília Schwarcz. **Espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo Companhia das Letras, 1993.

<sup>58</sup> Demétrio Magnoli. **O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP/Moderna, 1997.

<sup>59</sup> Entre as expedições organizadas nesse momento podemos destacar aquelas lideradas por Cândido Rondon, Gastão Cruis e Carlos Chagas, que desbravaram o interior do país com interesses indigenistas, sanitaristas e militares, entre outros. Cf. Ângela de Castro Gomes. Através do Brasil: o território e seu povo. In: \_\_\_\_; Dulce Pandolfi; Verena Alberti (Orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p. 157-215.

menos lhe minimizavam a carga pejorativa. Euclides da Cunha participara das duas últimas expedições contra Canudos e, em 1902, escreveu *Os sertões*. Neste livro, inverte-se a imagem corrente do sertanejo: rude, fanático etc. De acordo com o pensamento da época, Euclides da Cunha foi influenciado pelos divulgadores da antropogeografia de Ratzel, defensores da idéia de que o meio físico condicionava o desenvolvimento humano. *Os sertões* foi dividido em três partes: a Terra, o Homem e a Luta. O literato destacou as relações entre o meio físico – o solo, o clima, a vegetação – e a constituição do sertanejo. Este teve de se adaptar a um meio adverso, lutar por sua sobrevivência. “*O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral*”<sup>60</sup>. O sertanejo era aquele que conhecia a terra em que vivia e lutava contra o desprezo daqueles que se julgavam civilizados. O sertanejo tornava-se, assim, um símbolo do brasileiro. Ele era a “*rocha viva da nacionalidade*”, aquele que permitiria a constituição de uma raça autêntica no país.

O sertão como cerne da nacionalidade não era uma imagem inaugurada com Euclides da Cunha. José de Alencar, Franklin Távora e o Visconde de Taunay, por exemplo, construíram imagens românticas do sertanejo<sup>61</sup>. Por outro lado, a definição dessa região como base da construção histórica do país deu-se com Capistrano de Abreu. Diferentemente do que acontecia no IHGB no século XIX, para esse historiador a questão não era a história regional, mas sim a identificação da região-base da nacionalidade.

Historiador de seu tempo, formou-se sob a influência do pensamento europeu da época: Spencer, Comte, Taine, Buckle, Ranke, Ratzel. Via no conhecimento geográfico do país um passo importante para compreendê-lo. Em um texto de 1904, fez um balanço sobre o tema destacando que desde a década de 1870 esses estudos tornaram-se mais sistemáticos a partir de monografias regionais e temáticas. Ressentia-se da ausência de trabalhos de síntese:

---

<sup>60</sup> Euclides da Cunha. *Os sertões*. São Paulo: Ática, 2000.

<sup>61</sup> Isabel Guillen identificou uma tradição literária que desde o século XIX dedicou-se ao sertão. Isabel Cristina Martins Guillen. O sertão e a identidade nacional em Capistrano de Abreu. In: Joanildo A. Burity (Org.). *Cultura e identidade*. Perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 105-124.

O de que se está agora precisando é de um trabalho, senão sintético, pelo menos sinótico.

O ideal seria uma só pessoa se encarregar de tudo, de modo a apresentar uma geografia una, em que o aspecto do céu, a circulação atmosférica, a estrutura do subsolo e do solo, a vegetação que o veste, como a animalidade que o cobre, e o homem que domina sobre a criação, aparecessem, todos nas correlações que os prendem e penetram.

Como isto seria impossível hoje, resta o recurso da colaboração de muitos, embora o defeito insanável de distribuir por capítulos isolados como espécimes mortos de museus, o litoral, o relevo, o clima, a vegetação, a vida econômica etc.<sup>62</sup>

Eram as correlações entre os aspectos físicos e a ação humana que o interessavam, aí se observa a influência de Ratzel<sup>63</sup>. O seu *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* é considerado por Alice Canabrava como uma obra “*entre as pioneiras no campo da geografia humana do Brasil*”<sup>64</sup>. Este ensaio dedica-se a pensar os movimentos de penetração e povoamento do interior do país que partiam de quatro centros: São Vicente, Salvador, Rio de Janeiro e Pernambuco. É desses núcleos que se origina o avanço para o sertão, determinando a formação territorial e populacional brasileira. Capistrano de Abreu demonstra os ritmos diferentes de avanço e de povoamento do sertão. O esforço conquistador partia de diversos pontos e avançava progressivamente; já o povoamento era mais lento.

Em *Capítulos de história colonial* (1907), o sertão aparece como fundamento da nacionalidade. Essa obra desconstruía a imagem de unidade no processo de colonização, que fora preconizada por Varnhagen. Capistrano de Abreu buscava destacar a diversidade, a dispersão, a fragmentação e a descontinuidade que perpassava a história colonial. No capítulo IX, o sertão apresentava o processo de avanço e de povoamento do interior. A narrativa de Capistrano de Abreu acompanhava os ritmos e os núcleos do interior. Ele iniciou pelas ações dos bandeirantes paulistas em suas campanhas de apresamento de nativos; seguiu pela conquista e povoação das regiões amazônicas e avançou pela ocupação do sertão nordestino. A partir daí, deteve-se nos processos de fixação do homem na região, dando destaque à criação de gado. A ocupação e a fixação no interior causaram diferenciações entre colonos do litoral e do sertão. Enquanto

<sup>62</sup> Capistrano de Abreu. A geografia do Brasil. Publicado originalmente no Almanaque Garnier. 1904. In: João Capistrano de Abreu. **Ensaio e estudos: crítica e história**. 2 série. 2 ed. Rio de Janeiro; Brasília: Civilização Brasileira; INL, 1976. p. 24

<sup>63</sup> Neste texto, Capistrano citou Ratzel.

<sup>64</sup> Alice Canabrava. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. **Revista de história**. Vol. XLIII, n° 88, p. 417-424, 1971.

aqueles mantinham estreita relação com a metrópole, estes, sem a efetiva ação lusitana, passaram a distanciar-se deles, lusitanos. Era uma população que vivia entregue a si mesma “*sem figura de ordem nem de organização*”, gestava um “*sentimento de orgulho*” por sua autonomia. Desse modo, é o sertão pensado como um fator nacionalizador na medida em que promovia o afastamento de Portugal, a ruptura com os laços metropolitanos, como que a gerar o orgulho nativista de vida do sertanejo:

Por toda parte transparece o segredo do brasileiro: a diferenciação paulatina do reinol, inconsciente e tímida ao princípio, consciente, resoluta e irresistível mais tarde pela integração com a natureza; com suas árvores, seus bichos e o próprio indígena.<sup>65</sup>

Foi aí que o Brasil se fez Brasil. Isabel Guillen afirma que, para Capistrano de Abreu:

Foi, portanto, no ambiente sertanejo, enfrentando diferentes adversidades, que nasceram os brasileiros originais, sustentáculo de uma primeira consciência nacional. Com a ressalva de que Capistrano, diferentemente do que era usual em sua época, não pensava essa história do sertanejo sob o signo de uma inferioridade racial ou de um domínio ambiental<sup>66</sup>.

Influenciado por Ratzel, o historiador cearense não via o meio físico como condicionador das características humanas, como faziam os deterministas que se ancoravam na mesma matriz alemã. Capistrano de Abreu descreveu a vitória do homem sobre o meio e sua luta pela transformação deste em seu benefício. É famosa a sua passagem sobre a “*época do couro*”:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as brocas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se o tabaco para o nariz...<sup>67</sup>

<sup>65</sup> Capistrano de Abreu. **Capítulos de história colonial e Os caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. p. 160.

<sup>66</sup> Isabel Guillen. *op. cit.*, p. 121.

<sup>67</sup> Capistrano de Abreu, *loc. cit.* p. 132.

O uso do couro na vida do sertanejo fora a forma que este criara para melhor aproveitar um elemento que o próprio homem havia introduzido no sertão: o gado. A introdução da criação do gado foi apontada, pelo historiador, como uma das frentes de conquista e ocupação do interior.

Capistrano criava, assim, uma identidade brasileira, alicerçada no sertanejo, demonstrando como este construíra o Brasil. Era visão muito diferente da que estava em voga no momento e que menosprezava a população mestiça em nome dos padrões de civilidade europeia que viam no elemento branco os únicos aptos a constituírem um país viável<sup>68</sup>.

José Honório Rodrigues é um dos primeiros a destacar o historiador cearense como aquele que imprimiu uma “*nova rota na historiografia brasileira*” deixando a mera descrição pela interpretação histórica e por seus esforços de crítica documental e de localização de fontes para a história do país<sup>69</sup>. As idéias de Capistrano de Abreu vão influenciar toda uma geração de historiadores que produziu nas décadas de 1910 e 1920<sup>70</sup>. Por outro lado, a questão do regional e do regionalismo ganhou grande ímpeto com o movimento modernista e influenciou a produção do conhecimento histórico nas décadas de 1940 e 1950.

## 2.2.2 - Interpretar o Brasil: os Estudos brasileiros nas décadas de 1940 e 1950

Na década de 1930 os estudos históricos e geográficos brasileiros teriam seguido novos rumos com sua institucionalização universitária e com a criação do IBGE.

Ao realizar seu balanço da produção historiográfica brasileira, Pedro Moacyr Campos estabeleceu como última fase de sua cronologia a produção pós-criação das Faculdades de Filosofia:

<sup>68</sup> Lílian Schwarcz, *op. cit.*

<sup>69</sup> José Honório Rodrigues. Introdução. In: Capistrano de Abreu, *op. cit.*, p. 3. sobre a importância dos Capítulos da história colonial para os estudos históricos brasileiros ver também Ilmar Rohloff de Mattos. Capítulos de Capistrano. Capturado em <http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimentos/buscasite.htm> acessado em 27/05/07. Ronaldo Vainfas. Capítulos de história colonial. In: Lourenço D. Mota (Org). **Introdução ao Brasil**. Um banquete no trópico. São Paulo: SENAC, 1999. Francisco Falcon. O Brasil de Capistrano de Abreu: Características de sua produção historiográfica. In: **Trajetos**. Revista de História. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, vol.3., n°. 5, 2004. p. 65-77.

<sup>70</sup> Karina Anhezini analisou a influência de Capistrano de Abreu sobre a obra de Alfredo de Taunay. Cf. Karina Anhezini. Como se escreveu a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX. In: **Vária História**. Belo Horizonte, vol. 21, n° 34. p. 474-483, julho 2005.

Com as recém-fundadas Faculdades de Filosofia, tinham os que se sentissem atraídos pelo estudo da história, pela primeira vez no país a oportunidade de frequentar cursos em que a matéria, na medida das possibilidades, fosse ministrada segundo moldes europeus; lançavam-se, assim, os fundamentos sobre os quais seria de esperar pudesse florescer uma moderna historiografia brasileira. Para São Paulo e Rio de Janeiro vieram professores franceses, cujos nomes jamais serão esquecidos, ao tratar-se da história cultural do país...<sup>71</sup>

Os mestres franceses teriam introduzido a preocupação com a orientação metodológica e com o rigor da análise documental, “*principalmente, uma sadia base de conhecimentos de história geral, que é indispensável para o desenvolvimento de uma legítima consciência ocidental*”<sup>72</sup>.

Essa consciência ocidental, incutida pelos mestres da missão francesa, teria ocorrido ao iniciar-se “*uma relação com temas da historiografia francesa, especialmente a dos Annales, vanguarda na época*”<sup>73</sup>. As primeiras teses defendidas no curso de História da Universidade de São Paulo, por exemplo, dedicaram-se a temas da Antiguidade, do medievo e da história moderna<sup>74</sup>.

Aos novos ares da historiografia associavam-se historiadores tradicionais, que assumiam as cátedras de história do Brasil e traziam a contribuição da erudição e dos estudos regionais, como o caso de Afonso de Taunay e Alfredo Ellis Júnior, que foram convidados a fazer parte da criação do curso de história da Universidade de São Paulo<sup>75</sup>.

No Rio de Janeiro, na então Universidade do Distrito Federal, “missionários” franceses também foram os organizadores dos cursos de história e geografia<sup>76</sup>.

<sup>71</sup> Pedro Moacyr Campos. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: Jean Glénisson. **Iniciação aos estudos históricos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 287.

<sup>72</sup> *Ibid.*, p. 288.

<sup>73</sup> Maria Helena Rolim Capelato, Raquel Glezer, Vera Lucia Amaral Ferlini. A Escola Uspiana de História. In: Maria Helena Rolim Capelato (Coord.). **Produção histórica no Brasil: 1985-1994**. Catálogo de dissertações e teses dos programas de pós-graduação em história. Vol. 1. São Paulo: Xamã, 1995. p. 18.

<sup>74</sup> *Ibid.*, p. 18. Podemos citar como exemplos as teses de doutoramento de Eurípedes Simões de Paula. O Comércio Varegue e o Grão Principado de Kiev (1942), Pedro Moacyr Campos. Alguns aspectos da Alemanha Antiga, através dos autores clássicos (1945) e Eduardo d'Oliveira França, A realeza em Portugal e as origens do absolutismo (1945).

<sup>75</sup> *Ibid.*, p. 17.

<sup>76</sup> Antônio Paim. Por uma universidade no Rio de Janeiro. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982, p. 17-134. Marieta de Moraes Ferreira. Perfis e trajetórias dos professores universitários do curso de História no Rio de Janeiro. In: Antônio José Barbosa de Oliveira. (Org.). **Universidade e Lugares de Memória**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008, p. 235-268.

No campo geográfico destaca-se o nome de Pierre Deffontaines, contratado pela USP em 1934. Nesta instituição ficou responsável pela cadeira de Geografia Humana e fundou a Associação de Geógrafos Brasileiros<sup>77</sup>. No ano seguinte estava no Rio de Janeiro na UDF, onde permaneceu até 1938, e foi um dos principais articuladores para a criação do Conselho Nacional de Geografia (1937), célula *mater* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, instituído em 1938<sup>78</sup>. Deixou um estudo de “*Geografia Humana do Brasil*” (1940), esforço de síntese geral sobre o país, e um outro trabalho sobre São Paulo que foi o “*primeiro esboço de divisão regional do estado, analisando os diferentes tipos de paisagens e núcleos regionais, bem caracterizados*”<sup>79</sup>.

Com a fundação do Conselho Nacional de Geografia, define-se que o trabalho do geógrafo consiste em “*descrever, localizar, explicar e interpretar os fatos e a realidade geográfica*” do país<sup>80</sup>. Seus estudos deveriam ser úteis às diretrizes governamentais, basear as políticas de colonização, saneamento, reflorestamento, combate à seca etc. Dever-se-ia, então, conhecer as realidades específicas das regiões do Brasil. A geografia regional, “*as pesquisas e os estudos têm visado a valorização das regiões novas ou o reaproveitamento ou recuperação daquelas em decadência ou estagnação*”<sup>81</sup>.

A geografia lablachiana, da escola francesa, de orientação regional, teria tido grande importância na organização do IBGE. Eli Penha considera que a influência alemã, a *Antropogeografia* de Ratzel, também se fazia presente. Era dessa escola que provinha a concepção de que os estudos geográficos deveriam assumir um caráter utilitário, embasando as políticas governamentais de intervenção nas realidades regionais. Com a Segunda Guerra Mundial, os contatos com a produção europeia são minimizados e o IBGE passa a dialogar com estudiosos norte-americanos. Nos EUA, Hartshorne, influenciado pela geografia regional europeia, desenvolve as noções de área e integração que imprimirão novos rumos às pesquisas regionais. A área passou a ser compreendida como uma parcela da superfície terrestre, diferenciada pelo estudioso que a delimita de

---

<sup>77</sup> José Veríssimo Pereira da Costa. A geografia no Brasil. in: Fernando de Azevedo. **As ciências no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

<sup>78</sup> Eli Penha Alves. **A Criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

<sup>79</sup> José Veríssimo Pereira da Silva, *op. cit.*, p. 397.

<sup>80</sup> *Ibid.*, p.403.

<sup>81</sup> *Ibid.*, p. 403.

acordo com elementos por ele privilegiados. Hartshorne distancia-se, assim, da noção de região como um dado real que os estudiosos deveriam descobrir. A área possuía múltiplos processos integrados, sendo fonte inesgotável de inter-relações. Essas novas perspectivas dariam novas dimensões aos estudos regionais indo “*ao encontro dos interesses de planejamento, pois abriu a perspectiva de trabalhar com um número bastante elevado de elementos, relacionando-os de acordo com os interesses do plano*”<sup>82</sup>.

Datam desse momento estudos de regionalização promovidos pelo IBGE que estabeleceram a primeira divisão regional do Brasil

Os estudos históricos e geográficos, neste momento, estavam inseridos em um campo de estudos de contornos fluidos, *os Estudos Brasileiros*:

Os Estudos Brasileiros constituíram-se em campo de conhecimento, com fronteiras pouco definidas, no decorrer, em especial da década de 1920 aos anos cinquenta. Sua história [...] possui interseções com os questionamentos modernistas acerca da brasilidade, com o surgimento de coleções especializadas em estudos sobre o país e, por fim, com a criação de instituições como ISEB, no Rio de Janeiro, e o próprio IEB, em São Paulo. O que se convencionou chamar de Estudos Brasileiros nos remete a um amplo espectro de autores e obras que, por caminhos e temáticas bastante variados, vieram a eleger como objeto maior de suas reflexões tudo o que fosse pertinente à análise da cultura e da sociedade brasileiras<sup>83</sup>.

Obra emblemática desse campo foi o *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* editado em 1949, mas idealizado em 1939. Sua concepção surgiu na Conferência Bibliográfica do Programa de Estudos Latino-americanos, ocorrida na Universidade de Michigan, entre julho e agosto de 1939. Originalmente seria publicado em inglês e contaria com a colaboração de estudiosos brasileiros e norte-americanos. O contexto da Segunda Guerra Mundial gerou uma série de contratempos que obrigou seus organizadores, Rubens Borba de Moraes e William Berrien, a editá-lo em português e com a maior colaboração de intelectuais brasileiros.

O *Manual* propunha-se a ser um balanço da produção do conhecimento em várias áreas sobre o Brasil: arte, direito, educação, etnologia, filologia, folclore, geografia, história, literatura, música, sociologia e teatro. Os autores tiveram

<sup>82</sup> Eli Penha Alves, *op. cit.*, p. 91.

<sup>83</sup> Márcia de Almeida Gonçalves. **Em terreno movediço**. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. p. 202.

ampla liberdade na elaboração de seus balanços bibliográficos, gerando uma pluralidade de abordagens, dentro de um mesmo tema inclusive, que não era entendida como prejudicial. Representava a variedade e a multiplicidade de perspectivas necessárias para a compreensão do país.

O capítulo dedicado à história ficou a cargo de Rubens Borba de Moraes, Alice Canabrava, Sérgio Buarque de Holanda, Octávio Tarquínio de Souza, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e José Honório Rodrigues. Cada autor elaborou um texto introdutório ao seu tema respectivo em que situava o leitor no estado atual dos trabalhos historiográficos – sugerindo, por vezes, a reedição de algumas obras – e indicava conjuntos documentais passíveis de análise. (Re)descobriam-se os clássicos da historiografia, indicando, muitas vezes, a necessidade de nova edição; e inventariava-se temas, acervos e coletâneas documentais a serem exploradas, demonstrando assim o muito que havia a ser feito.

O diálogo entre as áreas de saber inclusas nesse campo ficou expresso em projetos editoriais de lançamento de coleções como a *Brasiliiana*, organizada por Fernando de Azevedo e publicada pela Companhia Editora Nacional, a partir de 1931. Cinco anos depois surgiu a *Documentos Brasileiros*, editada pela José Olympio Editora, e, a partir de 1940, a Martins Fontes publicou a *Biblioteca Histórica Brasileira*<sup>84</sup>. Tais coleções que reuniam biografias, estudos sociológicos, históricos, geográficos etc.

Sem a rigidez disciplinar, o que se tinha por relevante era o conhecimento desse vasto Brasil de múltiplas realidades. Havia, portanto, espaço para os inquéritos locais. No campo da história, em um texto de 1957, José Honório Rodrigues assim se expressa:

A história local é uma das mais efetivas contribuições à historiografia e às ciências sociais. [...] Embora não se possa sustentar que a história geral ou a estadual sejam a soma das histórias locais, é certo que as generalizações nunca serão seguras se não se levar em conta os desenvolvimentos locais. Uma história detalhada do desenvolvimento de uma comunidade representa a mais legítima contribuição à história nacional. A história de uma nação é incompleta se deixa de tratar dos interesses e atividades dos homens comuns, e a história local cuida como nenhuma outra dos acontecimentos diários do homem comum,

---

<sup>84</sup> Heloísa Pontes. Retratos do Brasil: Um estudo dos editores, das editoras e das Coleções Brasilianas nas décadas de 1930, 40 e 50. In: **BIB**. Rio de Janeiro, n.º. 26, 2º semestre de 1988, p. 58-67.

promovendo, deste modo, um conhecimento mais seguro e amplo da vida nacional que o historiador tenta reconstruir<sup>85</sup>.

Naquele momento, destaca o historiador, a historiografia local-regional estaria mais desenvolvida no Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais. Nestes estados, as respectivas Faculdades de Filosofia possuíam estudiosos dedicados à temática ou contariam com cadeiras de história do estado. Outros propulsores desses estudos seriam o Instituto Histórico do Ceará e o Centro de Estudos Baianos<sup>86</sup>. Conhecer as realidades locais levava seus analistas a associar conhecimentos de áreas diferentes em seus estudos.

### 2.3

#### **História regional: um discurso legítimo na primeira metade do século XX**

A escrita da história que se estabeleceu científica no século XIX visava construir identidades nacionais. Questão cara a todos aqueles que, cada qual em seus campos particulares do saber, debatiam a constituição das nações e dos nacionalismos. Nesse debate, uma questão colocava-se: como lidar com a diversidade, o específico, o regional. Na associação entre a História e a Geografia, campos que se institucionalizavam à época, surge a história regional. A análise da diversidade de experiências históricas voltava-se para a reiteração dos laços em comum. A história regional era reconhecida como uma possibilidade de construção do conhecimento histórico desde que tivesse essa pretensão à unidade da nação, sem se perder em particularismos.

No Brasil, essa relação entre o regional e o nacional apresenta-se como uma temática constante entre aqueles que se dedicaram a refletir sobre a identidade brasileira. Não há como negar que o regional tomou parte importante nesses debates. Por vezes, este foi tido como o mecanismo possível de apreensão da unidade nacional. Defendia-se que era necessário estudar os particularismos para buscar o elemento consensual. Em outros casos, foi detratado como o espaço

---

<sup>85</sup> José Honório Rodrigues. **Teoria da história do Brasil**. (1957). 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p. 151

<sup>86</sup> *Idem.*, p. 152-153.

tradicionalista e retrógrado incapaz de colaborar para a formação de um mundo moderno.

Nesse debate insere-se a historiografia. A historiografia brasileira possui uma memória do campo onde foram entronizadas como ícones as macro-interpretações da formação histórica do país<sup>87</sup>. Como foi possível perceber, as questões em torno do lugar do regional na constituição do nacional fizeram-se presentes já no IHGB. Observamos aí, apesar de não ser nosso objeto central de análise, a valorização dos estudos regionais no projeto de afirmação da unidade brasileira.

Conceito de contornos pouco rígidos, os estudos regionais geraram várias apreensões e diversos usos. Capistrano de Abreu, por exemplo, elegeu uma região como símbolo da brasilidade: o sertão. Esse autor não fez história regional, mas a questão da região se fazia clara em sua obra. Havia dois brasis que ele poderia escolher. Ou seguia a obra inaugural do século XIX, que identificava no litoral a força motriz de formação do país, ou caminhava para o sertão, onde o homem conquistou à natureza e aos índios um vasto território e se deu conta de que podia ali construir uma vida própria, autônoma frente aos desígnios metropolitanos. Capistrano de Abreu optou pelo sertão e definiu essa região vasta e de fronteira fluida o cerne da nacionalidade.

Conhecer esse interior era importante em princípios do século XX. A história regional, influenciada pelo pensamento geográfico, mostrava-se uma possibilidade de construção da história do país. Nesse caso, o recorte regional foi apreendido de maneiras diferenciadas. O recorte geográfico tinha uma escala variável. Podia ser uma localidade, uma província/estado ou um espaço que englobasse vários locais.

No interior do pensamento geográfico não há consenso sobre o conceito de região<sup>88</sup>. Na tentativa de defini-lo melhor, muitos adjetivam: região natural, região histórica, região étnica, região funcional, região econômica etc. Na verdade, o conceito de região torna-se fluido, escorregadio, podendo ser adaptado aos mais

---

<sup>87</sup> Pedro Moacyr Campos, op. cit., p. 250-293. Carlos Guilherme Mota. **Ideologia da Cultura Brasileira**. São Paulo: Ática, 1977. (especialmente a Introdução, p. 17-51). José Carlos Reis. **As identidades do Brasil**. De Varnhagem a FHC. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006. Francisco Iglesias. **Historiadores do Brasil**. Capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Belo Horizonte: UFMG/IPEA, 2000

<sup>88</sup> Marcel Roncayolo. Região. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 8. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. p. 161-189.

variados interesses de análise. Abrangeria recortes diversos, podendo agrupar localidades, cidades, estados ou países. Durval Albuquerque, por exemplo, analisou a invenção de uma região no Brasil: o Nordeste<sup>89</sup>. Longe de considerá-la uma região natural, definida por seus elementos geográficos, ou regionalizada pelos aspectos econômicos, o autor afirmou ser esse espaço uma construção histórica elaborada por meio dos discursos, símbolos e das práticas regionalistas desenvolvidas nas primeiras décadas do século XX, interna e externamente àquela região. Segundo o historiador:

Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza<sup>90</sup>.

Desta forma, a região não é um dado natural, geográfico; ela está inscrita nas redes de poder político, econômico e simbólico e é instituída historicamente. Ela também

Não é uma unidade que contém uma diversidade, mas é produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais, por isso ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder. Suas fronteiras são móveis e o Estado pode ser chamado ou não a colaborar na sua sedimentação. O Estado é, na verdade, um campo de luta privilegiado para as disputas regionais. Ele não demarca os limites político-institucionais das regiões, mas pode vir a legitimar ou não estas demarcações que emergem nas lutas sociais.<sup>91</sup>

Essa noção de região nos permite analisar o caso fluminense. Os autores analisados tomavam como marco referencial as fronteiras político-administrativas do estado ao construir a história e a identidade local entre as décadas de 1920 e 1950. Os homens de letras da primeira metade do século XX tinham consciência da diversidade física e econômica, frutos da formação histórica do estado do Rio de Janeiro. No entanto, como salientou Durval Albuquerque, construiu-se um discurso homogeneizador que apagava, por exemplo, o fato de que o norte fluminense só se tornou norte fluminense após 1833, já que, entre idas e vindas, foi naquela data que a região campista passou definitivamente à província do Rio

---

<sup>89</sup> Durval Muniz Albuquerque. A **invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FIN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

<sup>90</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>91</sup> *Ibid.*, p. 26.

de Janeiro deixando de fazer parte do Espírito Santo. A homogeneização que se realizava era alicerçada em um discurso em que se afirmavam experiências históricas comuns, especialmente no período imperial. Tanto a açucarocracia campista quanto o baronato cafeeiro do Vale do Paraíba teriam feito parte da Idade de Ouro local e, dessa forma, estavam irmanados na sua reconquista. A região é nestes termos mais uma noção discursiva do que física. É o trabalho discursivo-simbólico que lhe dá uma conformação, que no caso fluminense deve-se a supostas experiências históricas comuns.

Buscamos compreender, na continuidade desta tese, a construção do conhecimento histórico sobre um determinado lugar e em um determinado período. Para tal não se pode perder de vista que os autores analisados utilizaram uma escala que não era a nacional exatamente para particularizar sua região frente a outras, para demonstrar sua significância na relação com outras escalas de observação. E assim o fizeram por reconhecerem na história regional uma forma legítima de produção do conhecimento histórico.

Ao fazer tais estudos, pensava-se estar contribuindo para um conhecimento deste vasto rincão do continente americano, o Brasil. E conhecer a região levava seus estudiosos a associarem dados diversos na construção de uma imagem sobre os locais.

A historiografia regional produzida na primeira metade do século XX dialogava com outras áreas do saber, em especial com a geografia. Estabeleceu-se um diálogo irmanado em que o fazer história estava indissociável de outros campos, pois se pretendia dar conta de uma globalidade em uma escala menor. Neste momento, os *Estudos Brasileiros* apresentam-se como sintomáticos. Um campo de contornos fluidos onde cada área do conhecimento pôde participar na construção de uma imagem do Brasil. A história regional produzida nesse contexto tinha essa pretensão: apresentar historicamente a região em seus variados aspectos. Reconhecia-se como legítima essa forma de fazer história. É isso que se pretende demonstrar na continuidade deste trabalho com a análise da historiografia fluminense produzida entre as décadas de 1930 e 1950.